

pela "inteira aprovação do colegiado, bem como as sugestões ali re-  
feridas e já sufragadas pelo DEPEN". Postos em discussão, relatório  
e parecer, os Senhores Conselheiros ANTÔNIO ZAPPALÁ, JOSÉ MAURO COU-  
TO DE ASSIS, EVERARDO DA CUNHA LUNA e JOSÉ DANTON DE OLIVEIRA, re-  
forçaram as sugestões levantadas pelo relator e parecerista, eviden-  
ciando intensamente a humanização do sistema e tratamento penal  
adequado, quanto às condições físicas, e quanto ao acurado acompa-  
nhamento do preso em seu universo de carências. Submetido à votação,  
relatório e parecer, foram aprovados pela unanimidade dos presentes.  
Atendendo a indicação do Senhor Conselheiro ANTÔNIO ZAPPALÁ, o Se-  
nhor Presidente incumbiu os Senhores Conselheiros BENJAMIN MORAES  
FILHO, NABOR CESAR SIQUEIRA e ANTÔNIO ZAPPALÁ, de redigirem um expe-  
diente ao Exmº Senhor Ministro da Justiça, dando conhecimento do con-  
teúdo do relatório que ora aprovaram. Prosseguindo o Senhor Presi-  
dente passou a palavra ao Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, para  
relatar sobre o projeto de resolução relativo a "Regras Mínimas de  
Execução Penal", proposto pelo Conselheiro SERGIO MARCOS DE MORAES  
PITOMBO e transcrito na ata de 28.07.82. Ao dar início à sua aprecia-  
ção o nobre relator concordou com a proposta contida no projeto so-  
bre a transformação do título "Estatuto Padrão para Pessoal Peniten-  
ciário", (originário do DEPEN, para, "Regras Mínimas de Execução Pe-  
nal", tendo em vista a remessa dentro em breve da futura Lei de Exe-  
ção Penal ao Congresso Nacional. Em votação, foi aprovado pela maio-  
ria dos presentes. Do exame geral do projeto, concluiu pela redação  
que segue transcrita. "Resolução Nº...., de 4 de outubro de 1982- O  
Conselho Nacional de Política Penitenciária, em sua reunião ordiná-  
ria do dia 04 de outubro de 1982, atendendo a que, em futuro próxi-  
mo, deverá entrar em vigor Lei Federal de Execução Penal, inspirada  
nas conquistas mais recentes do Direito Processual Penal e Peniten-  
ciário, e: CONSIDERANDO que a nova Lei instituirá sistema reitor,  
que, apenas para atender a peculiaridades regionais, admitirá suple-  
mentações legais ou regulamentares; CONSIDERANDO, portanto, a neces-  
sidade de que a Administração Penitenciária se previna e estruture,  
a fim de que, ao advento da Lei nova, não venha a enfrentar embara-  
ços ou perplexidades; CONSIDERANDO, ainda, que a vigente Lei nº  
3.274, de 02 de outubro de 1957, que dispôs sobre Normas Gerais do  
Regime Penitenciário, carece de complementos urgentes, RESOL-  
VU, no desempenho de suas atribuições legais e regimentais, baixar,  
para uso em todo território nacional, as seguintes REGRAS MÍNIMAS  
DE EXECUÇÃO PENAL: REGRA 1 - Nos limites da jurisdição da execução  
penal, o Estado deve garantir ao condenado, ao internado, ao preso  
provisório, e ao egresso, o exercício de todos os direitos não atin-  
gidos pela sentença ou decisão; REGRA 2 - A assistência em suas di-  
versas modalidades será prestada pelo Estado com a solidariedade co-  
munitária, visando proporcionar condições para a harmônica integra-  
ção social dos presidiários, dos internados e dos egressos; REGRA 3 -  
Os condenados à pena privativa de liberdade serão classificados se-  
gundo os seus antecedentes e personalidade. O exame criminológico é  
obrigatório para os condenados que cumprem a pena em regime fecha-  
do; REGRA 4 - As faltas disciplinares a que correspondam sanção de  
suspensão ou restrição de direitos ou de isolamento serão apuradas  
mediante procedimento administrativo, assegurando-se ao indiciado  
ampla defesa; REGRA 5 - As decisões administrativas impondo sanções  
disciplinares serão motivadas inclusive quando de imposição de iso-  
lamento preventivo, não superior a dez dias, por interesse na apura-  
ção do fato e de disciplina. Tal prazo de isolamento poderá ser  
prorrogado ao prudente arbítrio da autoridade judiciária, mediante re-  
quisição fundamentada da Administração Penitenciária; REGRA 6 - As  
sanções disciplinares de suspensão ou restrição de direitos do pre-  
so, bem como a de isolamento, uma vez impostas pela Administração  
Penitenciária, serão comunicadas ao Juiz da Execução Penal, que as  
confirmará ou relaxará; REGRA 7 - O condenado, o internado e o pre-  
so provisório serão tratados nominalmente, vedado o seu chamamento  
ou identificação por número ou alcunha vexatória; REGRA 8 - O uso  
de algemas será limitado à circunstâncias da condução, à temibili-  
dade do conduzido, ou à fundada suspeita, quanto sua rebeldia à disci-  
plina, disposição ou inclinação para a fuga; REGRA 9 - O condenado,  
o internado e o preso provisório não poderão ser fotografados, fil-  
mados, ou entrevistados pela imprensa e outros meios de informação  
senão sob sua expressa anuência; REGRA 10 - O condenado, internado,  
preso provisório, ou sob o regime de tratamento ambulatorial, quando

pacientes da medicina clínica, cirúrgica, psiquiátrica, ou forense  
em geral, serão protegidos contra a inserção, em laudos periciais,  
relatórios, pareceres e esclarecimentos judiciais, de confidências  
ou revelações, feita aos peritos. PIO SOARES CANEDO, Presidente  
CNPP". Colocada a matéria em votação, as regras 2,3,4,6,7,8,9 e 10,  
foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. Quanto às regras 1  
e 5 foram aprovadas por maioria, sendo vencido em ambas o Senhor  
Conselheiro BENJAMIN MORAES FILHO. Em assuntos extra-pauta foram ob-  
jetivados os seguintes assuntos: Pelo Senhor Conselheiro JOSÉ MAURO  
COUTO DE ASSIS, foi proposto voto de louvor ao Senhor Diretor-geral  
do DEPEN, pela condução dos trabalhos de inspeção aos estabelecimen-  
tos prisionais de Brasília, Rio de Janeiro e Rondônia - Com a pala-  
vra, o Senhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, propôs voto de louvor  
ao Senhor Conselheiro NEGI CALIXTO, pelo muito que contribuiu com o  
CNPP durante seu exercício neste Conselho. Ainda com a palavra, o Se-  
nhor Conselheiro RENÉ ARIEL DOTTI, manifestou profundo pesar pelo fa-  
lecimento do Senhor Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS SERRANO NEVES. Man-  
cionadas propostas foram acolhidas pelo Senhor Presidente e eminen-  
tes integrantes do CNPP. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presi-  
dente encerrou a sessão. Merecendo aprovação a presente ata vai assi-  
nada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária.

PIO SOARES CANEDO  
Presidente - CNPP

LUCINDA LEMOS DOS SANTOS ROCHA  
Secretária - Executiva - CNPP

### CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

ATA DA 01a. REUNIÃO DO CONSELHO  
NACIONAL DE TRÂNSITO, REALIZADA  
EM 17 DE JANEIRO DE 1983.

Às dezesseis horas do dia 17 de janeiro de 1983, na  
sede do CONTRAN em Brasília, o Sr. Presidente em exer-  
cício deu início aos trabalhos com a presença dos Senho-  
res Conselheiros GONÇALO RAFAEL DÂNGELO, GERALDO LUIZ HOR-  
TA DE ALVARENGA, JOSÉ BONIFÁCIO DINIZ DE ANDRADA, JOSÉ  
CAVALCANTE DA SILVA, RUPERTO CLODOALDO PINTO, WALMORES VIC-  
TORINO BARBOSA e FRANCISCO OSCAR RODRIGUES. ASSUNTOS GE-  
RAIS: O Sr. Conselheiro José Bonifácio Diniz de Andrada  
justificou sua ausência às reuniões dos dias 09, 10, 14  
e 17.12.82 e o Sr. Conselheiro José Cavalcante da Silva  
à reunião do dia 17.12.82. ORDEM DO DIA: Processo nº  
001958/82-MJ. Assunto: licenciamento anual de veículos-minuta  
de resolução proposta pelo Sr. Conselheiro Geraldo Luiz Hor-  
ta de Alvarenga que em seu parecer esclarece tratar-se,  
conforme ficou consignado na Ata da reunião do dia 03.12.82  
dando seqüência aos estudos promovidos pelo DENATRAN, de  
minuta de Resolução, ora submetida a apreciação do Colegia-  
do, visando adequar os procedimentos para o licenciamento  
de veículos, em decorrência da vigência da Lei 7.052 de  
02.12.82. Prossegue acrescentando, que tendo em vista a  
extinção da plaqueta, o vínculo do proprietário com o órgão  
de trânsito passou a inexistir, visto que a simples qui-  
tação da TRU não constitui o integral cumprimento das  
obrigações para o licenciamento anual do veículo quanto a  
vistoria, a quitação de multas e o seguro obrigatório. Depois  
de procedida a leitura, a Minuta de Resolução foi colocada  
em discussão. Manifestaram-se vários Conselheiros, tendo  
o Conselheiro Gonçalo Rafael Dângelo proposto fosse modifica-  
da a redação do artigo 1º da referida minuta, com o  
que concordou o Conselheiro Relator. O Conselheiro Érico Al-  
meida Vieira Lopes propõe seja modificada a redação do 3º  
Considerando da Minuta ficando na forma registrada a seguir:  
"Considerando a natureza e o porte obrigatório da TRU baixa  
da pelo Decreto-Lei 999/69". Proposição que colocada em vota-  
ção foi aprovada por unanimidade. O Conselheiro Francisco  
Oscar Rodrigues propõe, que em face a necessidade de res-  
guardar o usuário de despesas adicionais e para que não per-  
sista dúvida de que o carimbo da TRU possa dar margem a  
cobrança de novas taxas, fosse acrescentado ao artigo 1º da